

FEIRA DO AGRICULTOR DE SAPIRANGA: TERRITÓRIO E RURALIDADES

Gabriela Dilly
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Aline Beatriz Stock Eich
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Fernanda Kohlrausch
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Jorge Luiz Amaral de Moraes
Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT)

Resumo

Análise da Feira do Agricultor de Sapiranga - RS - Brasil - como uma proposta de estudo de caso a partir dos debates acerca das ruralidades que extrapolam o espaço tido como rural, misturando-se aos elementos urbanos, numa nova dimensão que deixa para trás a dicotomia entre rural/urbano. Serão abordadas várias perspectivas, como o local onde os agricultores produzem e sua relação com este espaço configurado como território, também a trajetória histórica do grupo e a culturalidade implícita em suas práticas, além das possibilidades de renda e o impacto de suas ações dentro da esfera ambiental. A Feira do agricultor será ainda tratada como espaço de singularidade, de relação do agricultor com outros espaços, bem como de empoderamento de sua prática.

Palavras-chave: feira; rural/ruralidade; território; meio-ambiente.

1. Introdução

Em quase todas as cidades podemos observar a existência de feiras de agricultores, nas quais podemos encontrar frutas, verduras e legumes diversificados, com melhores preços e qualidade, uma vez que são vendidos diretamente pelos produtores. Esse produtor já tem hoje múltiplas habilidades além dos conhecimentos de plantio, ele precisa dominar novas técnicas de produção agrícola, noções de comércio, saber relacionar-se com o público consumidor, além de ainda preocupar-se com as questões ambientais pertinentes a sua prática.

A agricultura, como uma das primeiras atividades econômicas do ser humano, é fortemente imbuída de elementos culturais que a tornam singular a cada área em que ocorre, unindo adaptabilidade ao ambiente e conhecimentos passados de geração a geração. Demonstrar a importância do fator cultural como agente responsável pela organização e utilização do espaço, através da apropriação de recursos naturais e das relações de poder estabelecidas é um dos aspectos da presente análise, que discorrerá sobre o conceito de território adaptado a questão rural, unindo conhecimentos das áreas da história e geografia.

Também serão identificados os principais problemas e possibilidades enfrentados pela população local; bem como as potencialidades, dentro da perspectiva de desenvolvimento. E para completar será apontada a existência ou não de preocupações ambientais em relação a utilização do território e suas implicações na produtividade. Dentro dessas quatro esferas de análise: cultural, geográfica, econômica e ambiental a Feira do Agricultor de Saporanga será o objeto deste estudo que estabelecerá um debate teórico aplicado à prática.

Para desenvolver esta proposta será feito um levantamento bibliográfico na área do desenvolvimento rural, cultural e ambiental, a fim de definir conceitos, além de entrevistas dirigidas com os participantes do grupo que fornecerão os dados empíricos para esta análise.

2. Cenário do estudo

Sapiranga é uma cidade pertencente à Região do Paranhana, localizada entre os vales e a serra gaúcha, à 60km de Porto Alegre. Tem seu início na ocupação por tropeiros e paulistas que instalaram-se na chamada região do Padre Eterno ainda no século XVIII. Essas terras existiam como grandes lotes inicialmente, sendo que aos poucos elas foram sendo desmembradas pelos herdeiros ou mesmo pela venda das propriedades (GEVEHR, 2014). Em 1820 uma grande área de terras foi adquirida por João Pedro Schmidt, comerciante de Hamburgo Velho (Novo Hamburgo) que comercializou os lotes da terra aos imigrantes alemães e descendentes de imigrantes, dando início às tradições teutas no local (GEVEHR, 2014).

Em Sapiranga, assim como em grande parte do planeta, segundo Serato (2010), o processo de desenvolvimento foi baseado em uma intensa exploração do meio ambiente. Este mesmo autor afirma que a enorme demanda por recursos naturais ocasionou uma exploração desmedida, uma rápida degradação desse meio e o aumento da degradação ambiental. Moh et al. (2012) esclarecem que o Brasil, desde seu descobrimento, sofreu um processo de desbravamento extrativista e que conceito de progresso e desenvolvimento significou, durante séculos, explorar ao máximo a flora e a fauna.

Ainda como município pertencente a São Leopoldo, Sapiranga desenvolvia-se sob a atividade agrícola e oficinas manufatureiras, principalmente de calçados. No século XIX o destaque na agricultura era o plantio de mandioca para fabricação de farinha. Aos poucos, dentro de um contexto de incentivo econômico nacional, as manufaturas de calçado cresceram, surgiram também metalúrgicas. A farinha da mandioca era vendida para São Paulo e Rio de Janeiro e “na década de 1920, existiam em Sapiranga 121 atafonas [...] (GEVEHR, 2014, p. 07), provando que a atividade agrícola, até aquele momento, não recrudescia perante o início da industrialização. Vinte anos depois a realidade já era outra, as indústrias prosperavam e a agricultura perdia cada vez mais espaço, iniciava-se o processo de êxodo rural, com a ocupação de postos de trabalho assalariado nas indústrias pelos que antes ocupavam-se da agricultura.

Em 1955 acontece a emancipação política de Sapiranga e daí em diante a realidade da cidade é a crescente industrialização e urbanização que por sua vez vão trazer ao município prosperidade e diversos problemas sociais.

Toda esta narrativa de ocupação da cidade de Sapiranga pode nos falar um pouco da dinâmica territorial do local, sendo que o **território** será aqui entendido por “construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos.” (MAIA, 2008, p. 191). Falar em uso e apropriação implica em estabelecer uma relação de poder entre as pessoas e o espaço, e é nessa relação que surge o território, um espaço de relações humanas direcionadas para a posse e propriedade sobre um determinado local.

Maia, Filippi e Riedl refletem sobre territorialidade “Numa cadeia de interesses e identidades – origens de colonização, características de suas propriedades, certa ideologia, onde o conjunto da sociedade seja representada identitariamente, [...]” (MAIA, 2008, p. 197) Fica claro que o território tem a ver com quem ali se estabeleceu, criando uma identidade própria daquele lugar, expressando a dinâmica da relação entre o homem e a terra, direcionando as formas de lidar com o espaço, ou seja, as práticas agrícolas que ali serão executadas.

Reis aprofunda o debate sobre o território e a ruralidade argumentando que o mesmo não é somente fruto das relações sócio-históricas ali estabelecidas, mas também da própria territorialidade em si, ele chama as dinâmicas humanas e tecnológicas de mobilidades e os elementos relacionados ao espaço de territorialidades. “ou as territorialidades são meras formas de reprodução das mobilidades e das capacidades de dominação dos factores móveis ou existe entre ambas uma tensão que se obriga a equacionar o que confere força e poder a ambos os lados.” (REIS, p. 05) Dessa forma entende-se que os espaços geograficamente compreendidos também tem sua participação, uma vez que as suas características morfológicas vão exigir iniciativas e adaptações específicas.

Sapiranga possui 13750 hectares (137,5 km²) sendo que a Zona Rural é de aproximadamente, 100 km² e a urbana, 37,5 km². Mesmo que a Zona Urbana represente apenas 27% do território, de acordo com a Figura 1, é nela que residem, de acordo com o Censo 2010, 72286 habitantes que representam 96,4% da população de Sapiranga.

Figura 1. Mapa de Sapiranga (A Zona Urbana está indicada na área hachurada)



Fonte: Plano Diretor de Sapiranga (2011)

Bonnal, Cazella e Delgado atentam para a participação decisiva da sociedade como protagonista do desenvolvimento territorial, trazendo uma abordagem que atribui ao cidadão o papel de agente de suas transformações sociais, um ator das políticas públicas, na medida em que possui maior ou menor articulação no espaço dos jogos de poder político. “[...] por protagonismo social territorial entendemos o processo por meio do qual determinados atores sociais existentes no território agem coletivamente como portadores da abordagem territorial e como impulsionadores principais tanto da institucionalidade como do desenvolvimento territorial.” (BONNAL, 2014, p. 16)

Perceber as relações sociais e formas de produção estabelecidas historicamente no território pode tornar mais eficiente a busca por alternativas de desenvolvimento, entendido aqui na sua expressão mais ampla, como desenvolvimento do cidadão, garantia de direitos e ampliação das liberdades econômicas, sociais, culturais e ambientais. (SEN, 2001). No caso

de Sapiranga temos uma cidade povoada por imigrantes alemães que já trazem consigo um conhecimento sobre agricultura aplicado no seu país de origem e que foi adaptado para a produção no Brasil, o que fica bem claro em Sapiranga uma vez que a maior produção rural era de mandioca para produção de farinha, produtos essencialmente americanos. Essa tradição rural vem de séculos e atravessou o oceano, caracterizando um território peculiar na cidade em questão, no qual famílias permaneceram atreladas às suas terras por muitos anos e produziram com tecnologias rústicas em períodos consecutivos. Com o passar do tempo, Sapiranga gradualmente urbanizou-se obrigando a mudanças no campo, às vezes até a saída do mesmo e a mudança de rumo na produção, que de exportadora da farinha de mandioca para outros estados, passa a produzir para a população local das áreas urbanas ocupante dos postos de trabalho nas indústrias, sem condições de produzir seu próprio alimento.

Através dessa dinâmica produtiva Sapiranga passa a ter o que chamamos de “**desenvolvimento endógeno**”, quando a produção local é demanda do próprio local, gerando renda e mobilizando as redes econômicas mais próximas.

Caracterizar um desenvolvimento endógeno (NORTH, 1977) sustentável seria identificar uma atividade local que, por meio da geração de renda, mobiliza os setores locais. Com a renda gerada e apropriada pelo “produtor” sendo consumida na sua própria localidade, gerando economias locais, estimularia o entorno da região, gerando diversificação, que geraria alternativas internas para o território. (MAIA, 2008, p. 197)

Surge assim a agricultura dos produtos de consumo diário como legumes, verduras e frutas, além das agroindústrias que buscam deixar os produtos prontos para o consumo. Nesse desenvolvimento é que a Feira do Agricultor de Sapiranga tem papel fundamental, unindo o produtor ao consumidor final, o rural ao urbano.

3. Objeto do estudo

O presente artigo analisa as práticas de um grupo de agricultores de Sapiranga, mais precisamente 26 famílias - consideradas neste trabalho como proprietárias ou locatárias de estabelecimentos agropecuários - que participam sistematicamente da Feira do Agricultor de Sapiranga.

A Feira do Agricultor localizada no centro de Sapiranga ocorre em quartas-feiras e em sábados, entretanto para a construção amostral deste trabalho, foram consideradas apenas

as famílias que estão cadastradas para a venda de produtos em sábados. O município de Sapiranga possui, de acordo com o Censo 2010, 185 estabelecimentos agropecuários sendo que os envolvidos - em sábados na Feira do Agricultor representam cerca de 15% deste total.

O local da feira existe há 30 anos e foi construído especialmente para a atividade de venda dos produtos cultivados por famílias moradoras ou proprietárias de áreas de terra na Zona Rural do município de Sapiranga.

Figura 2: Acesso Feira do Agricultor



Fonte: Autoria própria (2015)

Figura 3. Organização do espaço interno da Feira de Saporanga



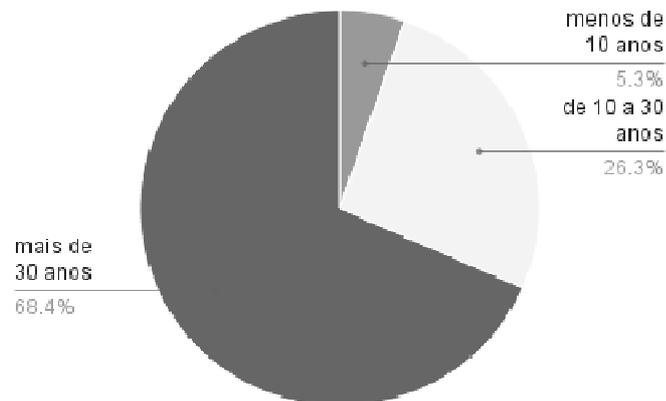
Fonte: Autoria própria (2015)

Das 26 famílias cadastradas para a venda em Sábados, foram entrevistadas 19, sendo que destas, 17 são moradoras das localidades rurais de Saporanga, mas todas são proprietárias de terras nessas localidades.

Das famílias entrevistadas, 13 afirmam que elas sempre moraram no município de Saporanga. Configura-se aí uma realidade de vínculo a essas áreas, sendo que podemos supor, a partir das informações, que são famílias tradicionais do lugar, prováveis herdeiros das linhas de sucessão dos antigos imigrantes instalados no município, pois a maioria encontra-se nas terras há mais de 30 anos, como mostra o gráfico.

Gráfico 1 - Tempo de ocupação das terras

Há quanto tempo a propriedade pertence a sua família?



Fonte: autoria própria (2015)

De acordo com a página oficial (web) de Sapiranga os principais produtos do setor primário são acácia negra, batata inglesa, arroz, aipim e hortifruticultura, entretanto a maioria dos agricultores entrevistados respondeu que produz verduras e frutas, sendo que 3 possuem agroindústrias. Provavelmente a diferença dos dados é notória porque os entrevistados representam uma pequena amostra dos 185 estabelecimentos agropecuários existentes no município.

Quando consultados quanto às mudanças que perceberam na agricultura, a maioria refere-se à forma de produção e comercialização, assim como citam a implementação das agroindústrias como fator de inovação.

Gráfico 2 - Mudanças na agricultura



Fonte: autoria própria (2015)

O grupo da feira exerce a chamada **pluriatividade**, aproximadamente 25% dos feirantes possui familiares que trabalham na área urbana, mas todos deslocam-se para a cidade duas vezes por semana para vender seus produtos. Esse comércio não deixa de ser uma atividade não-agrícola, que ali é exercida combinada com a atividade agrícola da produção das frutas, legumes e verduras (MAIA, 2008). Essa pluriatividade “deve ser restrita às situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade.” (MAIA, 2008, p. 196) São as novas concepções da ruralidade, mais fluidas, adaptadas aos novos tempos e necessidades.

É visível pelo ambiente no qual acontece a Feira de Sapiranga que os produtores tem o apoio da administração municipal, o que configura a preocupação com a manutenção da agricultura na cidade, em criar condições de permanência do produtor nas atividades agrícolas. A criação de políticas públicas e o investimento em atividades como essa é essencial para obter sucesso nas iniciativas, perceber o feirante dentro de um contexto diferenciado no comércio, adaptar as legislações a fim de viabilizar a prática segura e sustentável da venda dos produtos, principalmente da agroindústria com embutidos,

conservas, produtos coloniais, tão típicos e consumidos na nossa região. Em Sapiranga os feirantes possuem infraestrutura, apoio público e demanda para a compra de seus produtos.

Nos circuitos curtos de mercado, como lembra Wilkinson (2002), vizinhança, conhecimentos pessoais, transações repetidas por mesmos atores sociais, consolidam e fortalecem as relações mercantis, frente a pressões 'externas', sejam elas mercadológicas ou reguladoras. Para a comunidade local em geral, autores destacam a vantagem em ampliar-se a oferta de alimentos de qualidade de um modo que favoreça a expressão da diversidade de hábitos de consumo no país, aspectos essenciais à segurança alimentar. (PALM, 2013, p. 79-80)

Atualmente percebe-se uma grande preocupação das pessoas com a alimentação, principalmente com a qualidade das refeições, a busca por alimentos saudáveis, que possam unir sabor e nutrição. Sabe-se de inúmeras doenças que podem ser evitadas mantendo uma alimentação balanceada, os conhecimentos básicos de uma alimentação geradora de saúde estão disponíveis a todos, são frequentemente anunciados nos meios de comunicação e são temas de estudo escolar. A partir disso as feiras do agricultor ganham cada vez mais adeptos. No caso de Sapiranga ainda há pouca exploração da produção e venda de produtos orgânicos, cuja procura vem gradualmente aumentando. “[...] consumidores de todo o mundo, tendo como meta obter uma alimentação saudável, têm aderido a novos padrões de consumo, seja aqueles que incluem alimentos livres de agroquímicos e/ou transgênicos, ou obtidos em sistemas socialmente justos.” (MEDEIROS, 2013, p. 114). Esse aspecto pode ser mais desenvolvido e aponta-se como uma direção a tomar para um futuro próximo.

A feira é ainda um espaço de **empoderamento** do agricultor, é lá que ele se reúne com outros produtores, toma conhecimento de outras práticas, políticas públicas são discutidas, ali se tem acesso a comunicação que pode enriquecer muito o trabalho, ampliando possibilidades. “[...] são espaços importantes para esses agricultores familiares em geral, para a transposição de fronteiras de suas unidades de produção.(MEDEIROS, 2013, p. 122) Existe também a possibilidade de criação de redes formais de apoio que podem dar ao produtor o respaldo de que ele precisa para dar passos maiores de forma coletiva.

4. O espaço rural sob a perspectiva do território

A feira do agricultor, no município de Sapiranga/RS, reflete as estratégias de reprodução social, vinculada a ideia da agricultura familiar associada ao processo histórico de colonização, onde as principais referências são um ethos do trabalho agregado ao gênero, família e propriedade, a dicotomia clássica do rural e do urbano. A unidade familiar, neste caso, é o elemento básico de interação social.

Ao pensar numa análise conceitual da categoria território, faz-se necessária a compreensão, segundo Raffestin (1993), de que o espaço é anterior ao território. O território se forma do espaço e resulta de uma ação conduzida por um agente sintagmático, que se apropria de um espaço, concreto ou abstratamente, tornando-o um território.

O território, nessa perspectiva, é o espaço no qual se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela uma complexa teia de relações sociais marcadas por conflituosas vinculações de poder. “[...] Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para Bernardo Mançano Fernandes (2005, p. 26), “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder”. Assim, percebe-se que não é possível estudar o território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que cria os territórios.

Para Castro (p.29,1992): “[...] o território é uma unidade geográfica, mas é também uma unidade social e uma unidade política. Podemos falar então em espaço territorial, que constitui um sistema de estruturas tanto sociais como espaciais, estabelecido através da ação humana sobre a natureza.”

A feira do colono em Sapiranga/RS é um espaço que reflete as ações de um determinado grupo, que expressa através da comercialização de produtos, seu modo de viver, produzir e resistir. Visto que muitos autores anunciam o fim do rural no Brasil, o território, nesta perspectiva, estaria ameaçado e junto com ele, todo um contexto histórico familiar das pessoas que o habitam e principalmente uma forma específica, tradicional e menos impactante de produzir.

Assim, o território é definido como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode

distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDA/SDT, 2003, p. 34). O território neste sentido assume um caráter que podemos denominar como intangível, não se trata apenas de uma base física, como se pode perceber, vai além desta dimensão, ultrapassa a esfera espacial, uma vez que compreende outras relações como as sociais, em que sujeitos estão agindo com distintos interesses e intenções.

5. A dimensão do rural sobre o urbano

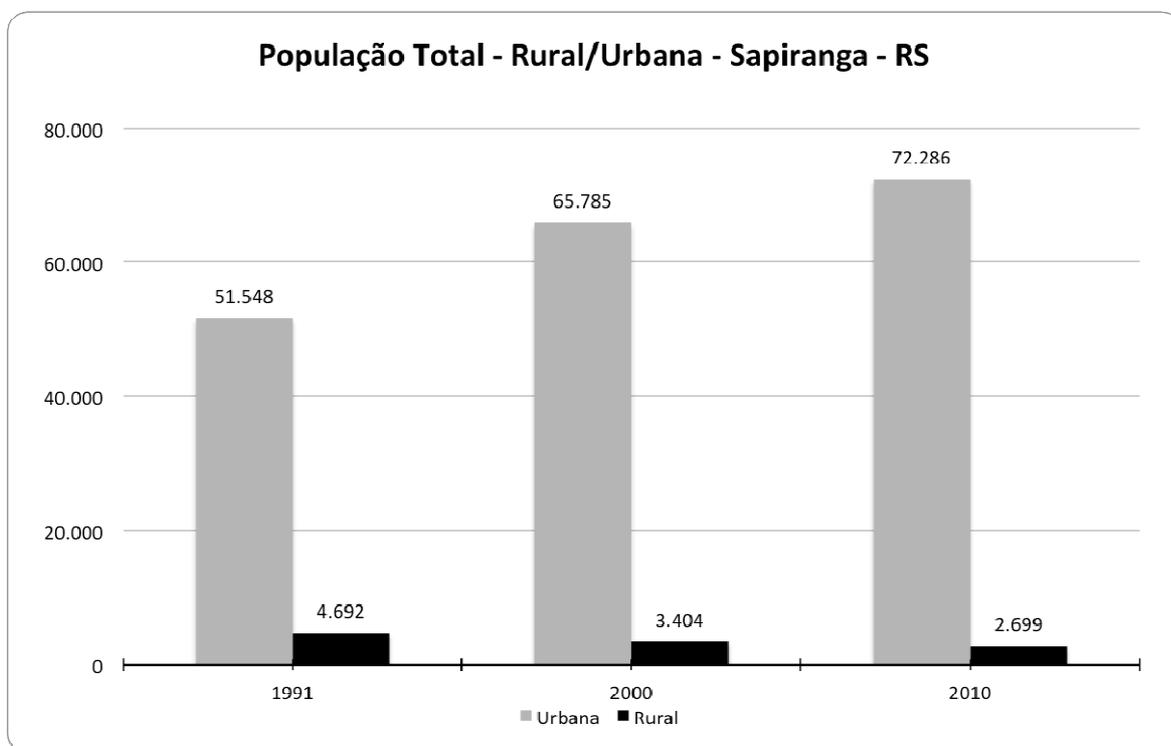
Os fluxos de informações contemporâneas permitem acompanhar com clareza a proporção e resistência do fenômeno rural e as características nada ínfimas de suas dimensões. Mesmo que o urbano tenha se infiltrado e se espalhado pela superfície terrestre, esforçando-se para minimizar o meio rural dos mapas, considerando as discussões que tratam sobre o esvaziamento destas áreas, (Sarraceno- 1994; Kaiser,1990) e somando a isso os governos que utilizam índices nada confiáveis para mensurar a porcentagem de áreas rurais no Brasil, ainda assim, em meio a tendências globalizantes escandalosas, porém naturais, o meio rural torna-se um espaço cada vez mais singular, de expressões específicas que vêm atraindo o interesse de muitos pesquisadores que percebem a necessidade de manter essas especificidades e desenvolvê-las, como alternativa econômica e social.

Muito embora, a “[...] diferença entre espaços urbanos e rurais se produz em função da divisão do trabalho (...) mas essa separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção” (SOBARZO, 2006, p. 55). Destaca-se que a superação enunciada, está relacionada às novas formas de produzir, o que não significa afirmar que o rural esteja fadado ao sumiço, bem como as atividades agrícolas nele desenvolvidas, o que ocorre é um reordenamento dos espaços rurais e urbanos, ambos coexistem, porém com diferenciações . Neste caso, da Feira do Agricultor em Sapiranga e das famílias envolvidas, o fato de integrantes não trabalharem na área rural e sim na zona urbana, somado a demanda da produção agrícola atender as necessidades ou nichos da população urbana já caracterizam as novas relações estabelecidas nestes espaços. Como explica Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século XX, também já distinguia rural e urbano:

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base em algumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos. (BAPTISTA, 2001, p. 55).

No entanto, observando o gráfico 3, percebe-se que a população rural de Sapiranga em relação a urbana, desde a década de 1990, vem apresentado um decréscimo considerável, de 1991 a 2010, 1993 pessoas abandonaram a zona rural para viverem nas áreas urbanas. Nesta perspectiva, a população urbana aumenta enquanto a rural, como afirmou anteriormente Sarraceno e Kaiser (1994), torna-se área de expulsão populacional. É neste sentido, que os espaços se reorganizam, a população que permanece na área rural, necessita de alternativas, estruturas, dinâmicas que proporcionem esta permanência no território, que na maioria das vezes tem um significado muito amplo e complexo no que se refere a identidade cultural destas pessoas que ali desejam continuar a desenvolver suas atividades socioeconômicas.

Gráfico 3



Fonte: Dados disponíveis em <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/5236>

A Feira do Agricultor de Sapiranga, é um espaço onde as famílias de pequenos agricultores há 30 anos, tem a oportunidade de trazer para a área urbana a forma singular de produção das unidades rurais familiares bem como toda preocupação em oferecer produtos saudáveis, frescos e muito particulares, de cada família.

Percebe-se que a diminuição da população rural, não significa seu fim, pelo contrário é neste momento que ocorre uma necessidade natural de estreitamento de laços entre a população urbana e a rural, e o cooperativismo ou associativismo rural representado na figura da Feira foi uma das formas que as famílias encontraram de fazê-lo, com êxito, pode-se afirmar.

Assim, a percepção sobre as particularidades do rural são mais visíveis para quem habita estes espaços, do que para os que residem na área urbana, sendo que na maioria das vezes estes são representados por pequenos municípios, distritos e ou subdistritos, vilas também denominadas em algumas regiões do Brasil de vilarejos. Neste recorte espacial em análise, esta afirmação fica bem evidente uma vez que as famílias na sua maioria são oriundas de pequenas localidades que recebem nomes bem particulares expressando sua escala espacial, como por exemplo; Picada Verão, Picada Cachorro, Porto Palmeira, Araricá, Picada Schneider entre outras denominações.

A reprodução dos modos e hábitos rurais se manifesta de forma bastante diferenciada das que ocorrem no urbano, à projeção dos bens tangíveis e intangíveis na área rural são estritamente relacionadas ao passado histórico dessas comunidades e da população que as habitam, como exemplo, as festas populares que homenageiam santos ou que retomam de forma divertida, atividades que eram desenvolvidas no país de origem dos imigrantes deste espaço (alemães).

Destaca-se, no entanto que essa dicotomia, começa a ser superada. O rural não deve ser definido como o “tempo lento” e nem o urbano como “tempo acelerado e curto” (BAGLI, 2010, p. 83), uma vez que o tempo lento só existe por que se antepõe ao rápido, sendo esta noção relativa e não absoluta. Não obstante, essa mensuração do tempo vivido pelos homens será diferente de lugar para lugar. Contudo, Santos (1996, p.180) afirma que são estes que oferecem as oportunidades e nos dão os limite. A palavra correta, aliás, para o mesmo autor seria temporalidade, considerada como uma interpretação particular do tempo social por um grupo, ou por um indivíduo. “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações.” (SANTOS , 1996, p.180)

Vários podem ser os fatores que levaram a esse entendimento dicotômico entre o rural e o urbano, mas de acordo com Endlich (2010, p. 11) “as condições políticas e sociais que permitiram a divisão sócio espacial do trabalho, originaram a contraposição entre o rural e o urbano” [...]. No espaço rural foi desenvolvido um tipo específico de trabalho, ligado a produção de produtos primários. No espaço urbano as relações de trabalho estão associadas à produção de produtos industriais, ligado ao setor secundário e terciário.

Também sob esta ótica o sociólogo Freyre (1982, p. 57) afirma que: [...] a integração entre o rural e o urbano assume uma nova denominação, “rurbanização”, ou seja, um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina formas e conteúdos de uma só vivência regional, [...], valores e estilo de vida rural e valores e estilos de vida urbanos.”

Este conceito foi usado pelo autor como uma forma de explicar essa confluência entre o espaço rural e o espaço urbano. Como um fenômeno social, acima de tudo, e que está presente principalmente nas cidades pequenas (KAGEYAMA, 2004)

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver certo consenso sobre os seguintes pontos:

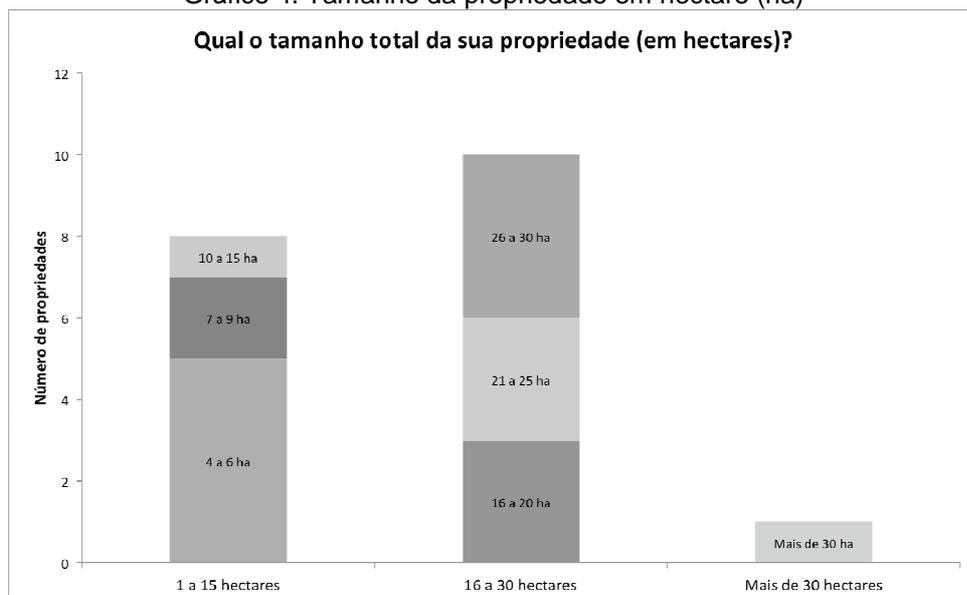
a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes. (KAGEYAMA, 2004, p. 382).

Entende-se, portanto, a partir das discussões que a relação e o grau de dependência entre o rural e o urbano são muito mais complexas e inconclusas do que pensava-se, apenas a classificação e os diversos conceitos acerca do tema não nos permitem concluir sobre o mesmo, torna-se iminente o estudo de casos, pois acredita-se que um bom trabalho, uma boa pesquisa de campo, somada a teorização poderão direcionar estes estudos e fornecer dados, bases mais sólidas e fidedignas, do que as fornecidas por instituições ou órgãos que fazem esta diferenciação com base apenas em número de habitantes, na divisão de trabalho ou nos serviços disponibilizados nestes espaços.

6. A preservação do ambiente no meio rural

Favareto (2010) afirma que o futuro das regiões rurais deve ser pensado em novas bases de relação entre sociedade, natureza e economia. Considerando a perspectiva de preservação e relação com a natureza, a amostra de agricultores entrevistados, foi questionada sobre a sua relação com o ambiente em que vive.

Gráfico 4. Tamanho da propriedade em hectare (ha)



Fonte: Autoria própria (2015)

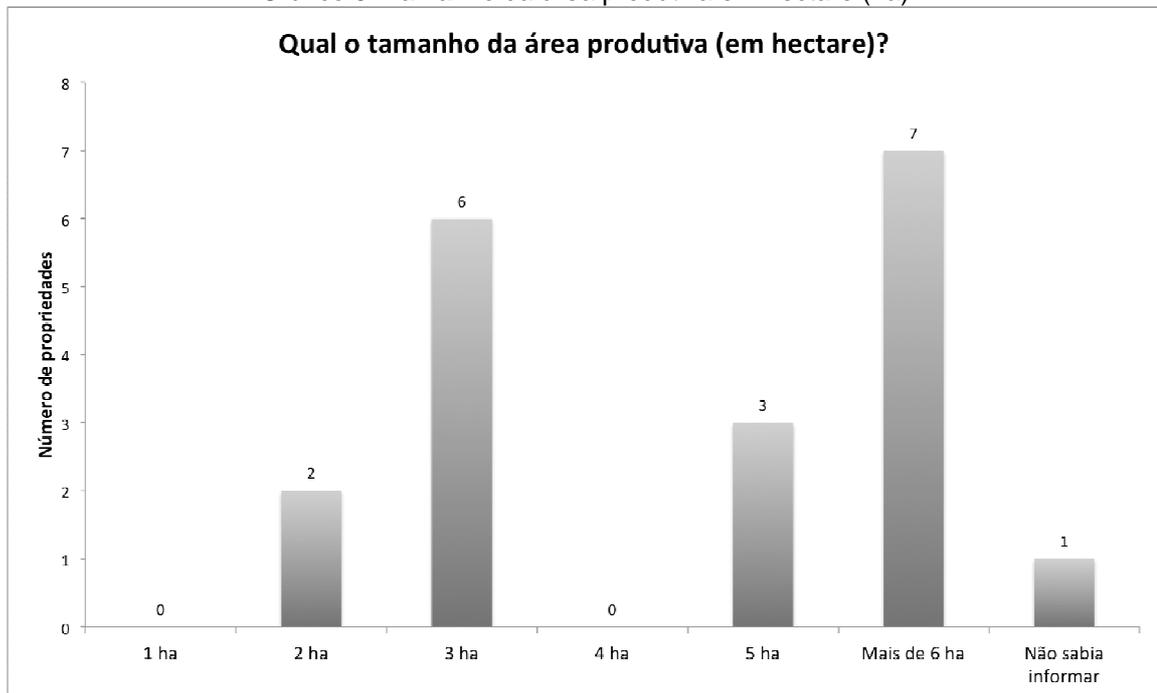
A maioria dos agricultores, 53%, possui áreas de terras com extensões entre 15 e 30 hectares, conforme Gráfico 4 e, dos 19 agricultores entrevistados, apenas um não possui, em sua propriedade, áreas de preservação ambiental. Okuyama et al (2012) esclarece que dentre as leis brasileiras que visam à conservação dos recursos naturais se destaca o Código Florestal Brasileiro, o qual conceitua e regulamenta as Áreas de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL). O autor esclarece que as APPs são áreas estratégicas e de alta fragilidade ambiental que desempenham papel importante na preservação da vida e que as RLs são áreas, excetuadas as de preservação permanente, necessárias ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e da paisagem e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.

De acordo com Silva (2011) as populações chamadas de tradicionais englobam as populações camponesas, caracterizadas por uma intrínseca relação com a natureza, com a terra, na qual utilizam o trabalho familiar, numa economia voltada primeiramente para o próprio provimento, no qual cada membro participa de acordo com suas possibilidades.

Mesmo que essas populações venham de uma trajetória onde o solo era visto apenas como um item que poderia ser explorado sem limites, se percebe que, segundo Okuyama et al (2012) a crescente preocupação de setores da sociedade com a conservação das florestas remanescentes faz com que os sistemas de produção agrícola, que não adotem práticas compatíveis com a sustentabilidade dos agroecossistemas, tendam a perder preferência do mercado consumidor, o qual se torna mais exigente quanto às formas de produção.

A produção dos agricultores entrevistados excede a da sua subsistência, pois os mesmos, além de vender na Feira descrita neste estudo e, de acordo com os dados da área produtiva informada nas entrevistas, possuem grandes áreas de produção que podem indicar que ocorram outras formas de comercialização. Apenas cerca de 10% possuem áreas produtivas menores de 2 hectares e mais de 35% possui áreas produtivas com mais de 6 hectares, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5. Tamanho da área produtiva em hectare (ha)



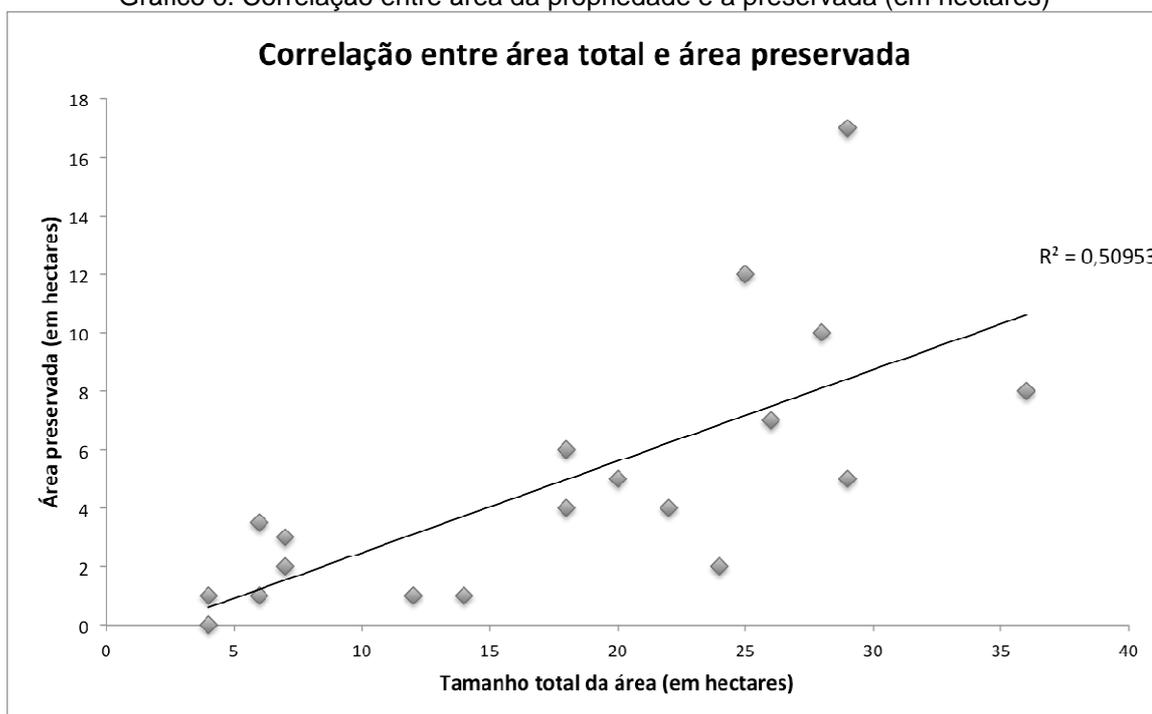
Fonte: Autoria própria (2015)

De acordo com Besusan in Silva (2011) a biodiversidade de uma área é o produto da história da interação entre o uso humano e ambiente. Uma combinação não apenas de alterações de fatores biofísicos, mas também de mudanças nas atividades humanas. Silva (2011) também afirma que uma eficaz estratégia de conservação da natureza deve ter em conta que tão importante quanto a biodiversidade é a sociodiversidade, pois se entende não haver natureza intocada, principalmente ao se deparar com o fato de que o que parecia selvagem, virgem ou intocado, há gerações já se constituía como recurso natural em outras culturas.

Okuyama (2012) contrapõe que é importante a contribuição potencial da agricultura de base familiar para a conservação da natureza e a produção de serviços ambientais e que políticas públicas de orientação e incentivo à adequação ambiental e a simplificação do processo administrativo de regularização, poderiam contribuir para que o Código Florestal se tornasse um instrumento para a promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura de base familiar. A área de conservação existente nas propriedades dos agricultores entrevistados varia de menos de 1 hectare até mais de 10 seguindo uma correlação moderadamente positiva, conforme Gráfico 6, de cerca de 51%. A necessidade, prevista no Código Florestal, de preservação de 20% do bioma Mata

Atlântica, onde estão localizadas as propriedades dos entrevistados, poderia levar a uma maior correlação entre o tamanho da área total e da preservada, não fosse, provavelmente, por alguns fatores como um relevo altamente acidentado - o que poderia estar fazendo com que maiores áreas não pudessem ser utilizadas pelo difícil acesso ou por restrições ambientais (encosta de morros) - e a uma provável incidência de desmatamento ilegal.

Gráfico 6. Correlação entre área da propriedade e a preservada (em hectares)



Fonte: Autoria própria (2015)

Okuyama (2012) afirma que a ampla adoção da legislação ambiental pela agricultura familiar contribuirá para a proteção de áreas consideradas fundamentais para a produção de serviços ambientais, essenciais para a sociedade brasileira do século XXI. Neste sentido, o poder público deve, além de exigir o cumprimento da regulamentação, buscar estratégias de incentivo e orientação aos agricultores familiares em referência à adequação de suas unidades rurais, a fim de satisfazer as normas legislativas e contribuir com a conservação dos remanescentes de vegetação nativa.

Entende-se o desenvolvimento sustentável, de acordo com Favareto (2010), como um processo que articula as dimensões econômico-produtivas, ambientais, culturais, sociais e institucionais, onde a participação dos atores sociais é fundamental, em

condições de equidade e amplo acesso. Kageyama(2004) também afirma que as mudanças demográficas e econômicas têm levado à tendência à diversificação das economias rurais e a importância destas mudanças está em permitir a essas regiões a compensação da perda de postos de trabalho na atividade agrícola e em estimular essa diversificação e orientá-la no aproveitamento de novos mercados ou na promoção de novas formas de uso social dos recursos naturais é crucial para um futuro sustentável.

7. Conclusões

A partir do estudo feito sobre a Feira do Agricultor de Saporanga percebem-se as novas dimensões que existem entre o rural e o urbano, que não representam mais uma dicotomia entre si, onde um conceito exclui o outro. A realidade atual nos mostra uma interrelação entre esses conceitos, nos quais uma ideia participa da outra e, no caso em análise, o rural invade o urbano. Essa pluriatividade é hoje exigida do trabalhador rural que precisa ampliar as suas potencialidades de ofício, agregando habilidades de negociação, venda, relações públicas, logística, entre outras.

Fica claro que a relação entre o rural e o urbano é muito mais complexa do que se pensava e que depende inclusive da forma de ocupação, da trajetória histórica e traços culturais locais que vão determinar a forma de ocupação do espaço e definir o território como uma apropriação humana, fruto das relações ali estabelecidas.

A Feira do Agricultor de Saporanga demonstra ser um caso de sucesso na região, agregando qualidade à mesa dos moradores da cidade e promovendo o desenvolvimento do trabalho rural, através da promoção de espaços de colocação dos produtos da agricultura familiar. A Feira passa a ser o vetor da relação entre o rural e o urbano, além de espaço de poder e atuação dos agricultores.

A preservação do ambiente, o conhecimento da necessidade de conservação do meio e a preocupação com a sustentabilidade ambiental são perceptíveis nos agricultores entrevistados, que ao descreverem o que sentem sendo colonos, expressam a qualidade de vida, a felicidade em fazer o que gostam e a satisfação com o aumento da procura e da venda de produtos saudáveis em propriedades cada vez mais voltadas à manutenção e o respeito à vida atual e futura do planeta.

Referências

- BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Maria Encarnação Beltrão.
- BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.
- BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir Antonio; DELGADO, Nelson Giordano. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**, Barcelona. v. XVII, n. 1002, 2012.
- CASTRO, Iná Elias de. **O Mito da Necessidade**: discurso e pratica do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- ENDLICH, M. A. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker (org.) 2. ed. Expressão Popular, São Paulo, 2010.
- FAVARETO, A. et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12)
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Semterra**: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: O que É?** Recife: Editora Massangana, 1982.
- GEVEHR, Daniel Luciano. As incursões de Sapiiranga pelo espaço e pelo tempo: recortes de suas trajetórias. Texto elaborado para formação de professores “A história de Sapiiranga sob diferentes perspectivas: o espaço, a história e as pessoas”. 2014.
- HAESBEART, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KAGEYAMA, A. (1998), “**Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**”. *Economia Aplicada*, 2 (3): 515-551, jul./set. São Paulo.
- KAGEYAMA, A. DESENVOLVIMENTO RURAL: CONCEITO E MEDIDA Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004
- KAGEYAMA, A. **Os Rurais e os agrícolas de São Paulo no censo de 2000**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF. v.20, n.3p.413 a 451.(2004)
- MAIA, Cláudio Machado; FILIPPI, Eduardo Ernesto; RIEDL, Mario. Território, ruralidade e desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 191 - 202, jan-abr, 2009.
- MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. **Mercados e agricultura familiar : interfaces, conexões e conflitos** / Marcelo Antonio Conterato... [et al.] (Org.). – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para um programa o desenvolvimento territorial sustentável**. SDT/CONDRAF, 2003.

OKUYAMA, K. K. et al. Código Florestal Brasileiro: Estudo de caso no estado do Paraná Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. v.16, n.9, p.1015–1021, 2012

PALM, Juliano Luis. “O pessoal aqui não se interessa por este tipo de coisa, só na integração em suínos e aves”: construção histórica da Feira Livre dos Produtores rurais e de agroindústrias familiares em Teutônia-RS (1985-2011). **Mercados e agricultura familiar : interfaces, conexões e conflitos** / Marcelo Antonio Conterato... [et al.] (Org.). – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José. Uma epistemologia do território. Lisboa, ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa.

SANTOS, B. de S. «**Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**». *Tempo Social. Rev. Social. USP*, 5 (1-2): 31-52. (1994)

SANTOS, M. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Por Uma outra globalização: do Pensamento Único á Consciência Universal**. 1.ed.Rio de Janeiro: editora Record, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, M. N. S. O rural e o urbano: quantas questões! **Caminhos da Geografia**. Uberlândia, v.12, n. 39, ISSN 1678 – 6343, p. 181-197, setembro, 2011.

SILVA, S. R. da. Proteger a natureza ou os recursos naturais? Implicações para as populações tradicionais. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.33, v.2, p.42-65, ago./dez.2011

SITE OFICIAL MUNICÍPIO DE SAPIRANGA http://www.sapiranga.rs.gov.br/index.php/municipio_hoje

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão).

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.